

Ensaio sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Trabalhadas nas Salas de Aulas do Ensino Fundamental das Escolas Públicas no Nordeste do Brasil: Entre Desafios dos Livros Didáticos e Docência

*Lucas Colangeli de Souza*¹

*Maria de Fátima Di Gregório*²

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar como a história e cultura afro-brasileira e indígena são trabalhadas nas salas de aulas do ensino fundamental em escolas públicas no Nordeste do Brasil, em seus desafios entre ambientes escolares e docência, cujos conteúdos expressos nos livros didáticos utilizados nas salas de aulas ainda têm incutido uma ideologia subjacente de um processo de marcas quanto à questão da família indígena – resquícios nos processos hegemônicos de colonização do país, evidenciando especificamente o papel da mulher indígena na sociedade brasileira, porta aberta para pensar como os professores têm lidado com a complexa questão da identidade desse grupo. Através de um modo de pensar hermenêutico, busca-se compreender os saberes construídos a partir dessas informações que se estruturam, diante da historiografia da mulher indígena nos processos de colonização, na sociedade e a mentalidade que transpôs marcas através de gerações.

Palavras-chave: Família indígena; livros didáticos; Escola.

1 Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/ODEERE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Jequié, membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Hermenêuticos sobre Famílias, Territórios, Identidades e Memórias – GEHFTIM – UESB. E-mail: lucas-colangeli17@hotmail.com.

2 Doutora em Família na Sociedade Contemporânea na Universidade Católica do Salvador/UCSAL, Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Especialista em Planejamento e Prática de Ensino pela FEEBA. Atualmente é Professora do Mestrado em Relações Étnicas na Sociedade Contemporânea/ODEERE UESB, docente de História da Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. E-mail: f_digregorio@hotmail.com.

Essay on The History and Culture Afro-Brazilian and Indigenous Worked In Education of the Classes of Mandatory Public Schools in Northeast Brazil: Between Challenges of Textbooks and Teaching

Ensayo Sobre la Historia y la Cultura Afrobrasileña y Indígenas Trabajan en la Educación Salones de Clases de las Escuelas Públicas Obligatorias en el Noreste de Brasil: Entre los Retos de los Libros de Texto y la Enseñanza

Abstract

This research aims to investigate the history and african-Brazilian and indigenous culture are worked in elementary school classrooms in public schools in the Northeast of Brazil, in its challenges between school environments and teaching, which expressed content in textbooks used in classrooms still have instilled an underlying ideology of a process marks on the question of indigenous family - remains the hegemonic processes of colonization of the country, specifically highlighting the role of indigenous women in Brazilian society, open door to think how teachers have dealt with the complex issue of identity of this group. Through a hermeneutical way of thinking, we seek to understand the knowledge built from this information that are structured, given the history of indigenous women in the processes of colonization, society and the mentality which transposes brands through generations.

Keywords: Indigenous Family; Didatic books; school.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo investigar la historia y la cultura brasileña-africano e indígena se trabajan en las aulas de la escuela primaria en las escuelas públicas en el Noreste de Brasil, en sus desafíos entre los entornos escolares y la enseñanza, que expresan el contenido de los libros de texto utilizados en aulas todavía han inculcado una ideología subyacente de unas marcas de proceso sobre la cuestión de la familia indígena - sigue los procesos hegemónicos de colonización del país, destacando específicamente el papel de las mujeres indígenas en la sociedad brasileña, puerta abierta para pensar cómo los maestros se han ocupado con el complejo tema de la identidad de este grupo. A través de una forma de pensar hermenéutico, buscamos entender el conocimiento construido a partir de esta información que están estructurados, dada la historia de las mujeres indígenas en los procesos de colonización, la sociedad y la mentalidad que transpone marcas a través de las generaciones.

Palabras clave: Familia indígena; los libros de texto; escuela.

Introdução

A pesquisa propõe pensar como a história e cultura afro-brasileira e indígena são trabalhadas nas salas de aulas do Ensino Fundamental das escolas públicas no Nordeste do Brasil e seus possíveis desafios na docência. Atenta-se aos conteúdos expressos nos livros didáticos utilizados nas salas de aulas, onde se observa ações que deixam marcas nas vidas de alunos, isso porque as ideologias estão subjacentes nas questões que envolvem a cultura afro-brasileira e indígena nas salas de aulas e livros didáticos. Pensa-se nos resquícios nos processos hegemônicos de colonização do país como porta aberta para trazer estas marcas em falas e ações proferidas pelos professores, resultado da complexa questão das identidades que são construídas a partir de percepções advindas de grupos hegemônicos, evidenciando o papel quase inativo da escola no que tange às questões da educação indígena e afro brasileira.

Este estudo sugere, portanto uma articulação entre as representações mais especificamente do índio na sociedade brasileira, as percepções docentes e como esses conteúdos são percebidos nos livros didáticos que são trabalhados nas salas de aula de escolas públicas nordestinas a partir de livros didáticos por elas manuseados. Como pressuposto tem-se: que tipo de conceitos a escola transmite à sociedade, utilizando esses materiais que apresentam a história da cultura afro-brasileira e indígena?

Sabe-se que muito já se avançou na discussão a respeito do tratamento dados às sociedades afro-brasileiras e em especial as indígenas pelos demais integrantes da sociedade nacional. Com a Constituição de 1988 o Estado brasileiro admite a existência das comunidades indígenas remanescentes, e com isso, garante o direito à identidade e a cultura. Porém, sabe-se que ainda há muito que se discutir e avançar nesses campos. Todavia, nesses últimos anos, algumas leis já foram criadas no sentido de um tratamento mais igualitário e coerente para com esses grupos étnicos, porém elas precisam ser colocadas em prática. E isso se fará na medida em que forem implementadas ações que levem a novas posturas que correspondam a essa nova consciência social.

Assim, compreende-se que uma importante ação se dá pelo caminho da Educação, pelas abordagens sobre os povos indígenas que são feitas na escola. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96) nos aponta esta obrigação ao fomentar no Artigo 1º que:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 2).

Apesar da lei, entende-se que é na escola que as crianças terão a percepção do mundo à sua volta, a formação de conceitos que irá acompanhar a sua trajetória de vida e as suas ações cotidianas. Nesse contexto o livro didático torna-se, muitas vezes, um dos poucos materiais impressos de que os alunos dispõem para auxiliar no processo de construção de tais conhecimentos e a formação desses conceitos tem a mediação direta de professores que manuseiam os livros e seus conteúdos constitutivo para a formação de consciências críticas da situação dos índios e afro descendentes no país.

Compreende-se ainda que é pelo ambiente escolar que o aluno parte para a descoberta e reflexão a partir da sua própria capacidade de lidar com a história do país e sua trajetória marcada pela segregação de povos de diferentes etnias. Então, recobra-se que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção de novos conhecimentos (FREIRE, 2009, p. 47)”.

População Indígena e Cultura Escolar Brasileira

A partir de 10 de março de 2008, foi sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 11.645¹ a qual visa à obrigatoriedade do ensino sobre a Cultura e História Indígena nas instituições públicas e privadas de ensino do país, através de ações afirmativas para incluir no currículo oficial da rede de ensino esta temática, analisando o percurso histórico destes povos e a formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições

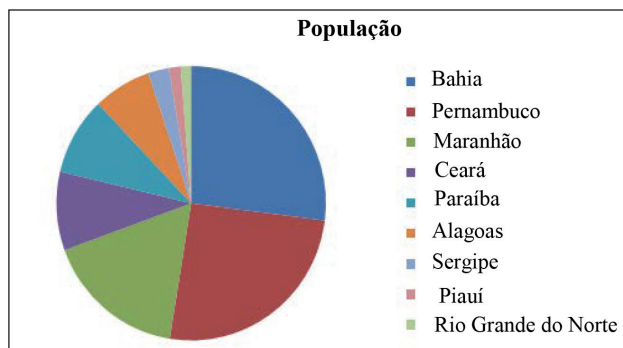
nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. A Lei reza:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008, p. 1).

Então, a partir dessas orientações, a regulamentação do ensino brasileiro sobre a abordagem da questão indígena na educação básica tem ênfase, e em especial, com relação à inserção obrigatória de conteúdos referentes à história indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, pelos livros didáticos disponibilizados pelos municípios. Nesse âmbito, procura-se compreender como a docência é constitutiva nesse processo de pensar o ambiente, a cultura e os saberes que transitam entre grupos, pensando a atual situação dessas pessoas.

E a fim de analisar a dimensão da pesquisa, catalogou-se pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dados pertinentes à Região Nordeste, a qual é a terceira maior região do país e a maior em número de Estados. Ao todo, nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe que segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) tem área total é de 1.561.177km², cuja dimensão corresponde a de muitos países como a Mongólia. Esta Região possui 3.338km de praias, sendo a Bahia o estado com maior extensão litorânea com 938 km e o Piauí com a menor, com 60 km de litoral.

Além disso, o IBGE (2010) apresentou esta Região como a segunda mais populosa do Brasil. Com cerca de 30% da população brasileira. Suas maiores cidades são Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Teresina e Maceió. Com isto, esta investigação revelou que em 2010, o Censo Demográfico contabilizou a população indígena no Nordeste do país com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. Eis o gráfico:



Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?>

De acordo com o Censo (2010) e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2010), dos Estados da Região Nordeste, a Bahia é o Estado com a maior população indígena. Cerca de 25,5% da população. Destarte, foram analisados cinco livros didáticos de história, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de autores diferentes, editados a partir de 2010, com um ciclo de uso que vale até o ano 2015, adotado por escolas públicas estaduais e municipais dessa região. Para esta análise, foram selecionados quatro livros didáticos escolas publicas da Região e professores que atuam nesses ambientes. A pesquisa envolveu constantes questionamentos e estudos a partir do que a investigação mostrou: Os livros tratam da temática indígena? Como você aborda o assunto no ambiente escolar? Os livros se referem à diversidade de culturas e povos? Qual a imagem da família indígena veiculada aos manuais? Qual o papel que cada um desempenha na sociedade com relação à história no tempo e no espaço?

Há de se pensar na forma como a cultura e a família indígena são abordadas nos textos historiográficos que nararam à história e a formação da cultura brasileira como se fosse horizontalizada sem a possibilidade da inserção de um papel ideológico à família indígena brasileira e mesmo a de matriz africana.

Sabe-se que nossos índios foram dizimados, vitimados por doenças trazidas pelos colonizadores europeus, incorporados à nossa cultura. Compreende-se que estas duas dimensões, livro e ensino estão diretamente ligados à construção da nacionalidade brasileira, diante da diversidade cultural e educacional existentes no país.

Caminhos e Políticas Públicas que Influenciam a Prática do Ensino de História e Cultura Indígena nas Escolas Públicas

Ao fazer o levantamento dos livros didáticos adotados nas escolas públicas da Região Nordeste do país, recorre-se a Lei nº 11.645/08 sancionada em 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da História e da Cultura Indígena nas escolas de séries iniciais do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio, constatou-se que eram cinco obras. Através desta iniciativa seletiva dos livros didáticos, há de se pensar sobre o tema e verificar a sua abordagem, identificando os possíveis problemas e sugestões advindas da realidade que prevalece nesses livros didáticos de história. Esta Lei procura modificar o quadro de ausência do ensino da cultura indígena e suas contribuições para com a sociedade brasileira, sendo uma importante iniciativa, entretanto, os livros não mostram que semelhante à história de outros países na Europa, na Ásia ou na África, a história pré-colonial do Brasil e das Américas com leituras críticas a demonstrações vestígios arqueológicas deixadas por uma diversidade de povos.

Sabe-se que de certo modo, estas culturas se fundiram com as europeias para forjar o que se reconhece como América Latina. E de acordo com Schmidt (2008, p.154), ao trazer o conceito de etnocentrismo, acaba-se explicando que quando considerarmos os valores de nossa cultura criados por nossa sociedade, são verdades absolutas e que todas as outras culturas diferentes são inferiores, bárbaros e atrasados,. Tudo isso mostra o modelo etnocêntrico. Tem-se a ideia dessa limitação quando neste estudo o Estado da Bahia e mais especificamente na Região entre Morro do Chapéu e o município de Luiz Eduardo Magalhães, foram descobertos cerca de 400 sítios arqueológicos, existindo indícios que apontam para a grande antiguidade das sociedades que ali viveram e os livros não falam dessa realidade histórica.

Há de se pensar também sobre o despreparo de informações desse tipo em relação aos professores e conteúdos ao lidarem com a temática indígena na sala de aula, seguindo a ideologia de uma cultura que isola o índio, o negro, distanciando-o da criticidade. A pesquisa revelou

ainda que, esse professores, sem acesso a informações suficientes sobre a cultura indígena ou mesmo afro brasileira, parece preferir deixar estas protagonistas da história do país lá no passado, na colonização - parados no tempo e no espaço ou trazem o índio atual como o mesmo 1500 de Pedro Álvares Cabral Para os alunos, índio é aquele que vive na aldeia e anda nu ou enfeitado com penas, e o negro é o escravo doméstico, - aquele que seguidamente vive vestido de forma simples, vendendo mercadorias ou servindo a alguém.

Percebe-se pelas conjunturas historiográficas, que se torna necessário, primeiramente, trabalhar com o conceito de cultura, de etnicidade na formação docente, pois cada cultura têm uma estrutura própria sendo dinâmica e crítica. Dessa forma, não é possível falar de povos sem história, porque significaria a existência de uma cultura que não passou por transformações ao longo do tempo, algo que hoje é refutado (SILVA & SILVA, 2010, p.87).

Alguns livros didáticos pesquisados, especificamente após a implementação de leis, já trazem maiores informações sobre os índios e negros brasileiros, dando um foco específico nos povos de cada região, inclusive na Nordeste, abordando-os de maneira mais ampla e trazendo um panorama das populações atuais. Porém, essas informações ainda são fragmentadas nas falas dos docentes que recebem influência de uma percepção linear, ou sequer tratam dos grupos étnicos na historiografia de forma mais conscientizadora e crítica.

Nos municípios e em suas Secretarias de Educação pesquisadas, os professores limitam-se apenas ao uso dos livros didáticos sem discussões sobre a cultura indígena e afro brasileira na nossa sociedade. Capacitações não incentivam os professores em se aprofundarem nos assuntos pertinentes a formação da cultura brasileira e isso foram percebidas essas lacunas nas falas docentes. Nesse mesmo contexto, há de se pensar sobre a práxis pedagógica destes professores em sala de aula, suas atuações e discussões acerca dos livros didáticos e discursos em salas de aula. A escola cumpre o papel de reprodutora de ideologias e complementam as atividades da cultura indígena como recreativas?

A história e a cultura condicionadas à visão de mundo

Compreende-se a escola como ambiente onde se aprende, ou deve-se aprender, a respeitar as diferenças culturais que vão além de tudo que ela pode transmitir, ou que as sociedades determinam como valores a serem preservados por meio da educação. Na verdade é algo que envolve diversos aspectos à vida humana. Porém essa cultura depende da continuidade, e se relaciona ao processo de sobrevivência do homem e de sua condição humana.

O livro didático, especificamente o livro de história, ocupa um espaço importante nas escolas e na formação básica dos alunos, e não raramente se constitui na única fonte de informação sobre os indígenas, tanto para os alunos quanto para os professores. Há de se pensar se os livros didáticos têm o poder de criar ideologias subjacentes ao que se refere ao processo de colonização e neocolonização das famílias indígenas e afro brasileiras, fazendo-as secundárias para a história brasileira? Sabe-se que a cultura indígena faz parte da história, da construção e da tradição do Brasil, bem como a do negro e com isso, entende-se a escola como um dos veículos de aculturação nacional que deve proporcionar aos alunos o conhecimento sobre o processo de construção do país pelas diferentes etnias. Ao realizar tais análises, a partir da imagem difundida sobre os/as indígenas/as nos livros didáticos de História há de se pensar na representação feita sobre o/a índio/a, identificando a presença deles/as em nossa sociedade e a maneira como essa os/as representa. Assim, compreende-se que:

As representações são também portadores do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2004, p. 41).

A relevância dessa pesquisa está alicerçada na análise da implementação das leis que regem a educação básica, bem como nas orientações propostas pelo MEC, o ensi-

no de história (na educação básica) em consonância com práticas de professores e manuseio do material didático utilizado. Dessa forma, torna-se essencial a reflexão sobre a ausência ou a maneira como são retratados os povos indígenas e afro descendentes nos manuais didáticos de história, buscando alternativas de mudança. Através dos livros de história escolar pesquisados, entende-se que a formação brasileira nem sempre é lembrada como uma miscigenação do negro, do índio, prevalecendo à ideia de que o lusitano foi o único que, tendo-o como civilizado, tem moldado a identidade de muitos alunos com o discurso de branqueamento.

A história tem dialogado com a antropologia e outras ciências e como resultado dessa interlocução as novas percepções a cerca da temática indígena e afro brasileira vem permitindo a produção de novos saberes e de certa forma, contribuindo para o aumento de outros conhecimento sobre essas culturas. No entanto, percebe-se que o conhecimento, por vezes limitado, ainda está restrito à academia e aos especialistas, não alcançando uma grande parcela da sociedade e, principalmente, os professores da educação básica.

Compreende-se ainda que para o professor trabalhar a temática indígena e afro brasileira na sala de aula, torna-se necessário haver propostas baseadas, antes de tudo, na realidade vigente dos índios e negros no país, ou na região nordeste, - foco da nossa pesquisa, pois ainda reside na escola a não superação de toda e qualquer forma de discriminação contra esse grupos, bem como o reconhecimento de seus direitos, contextualizando os fatos históricos com os problemas e as soluções de hoje, lançando mão do papel crítico do professor mediador no cotidiano escolar assim como Libâneo (2002) explica:

A ajuda do professor para o desenvolvimento das competências do pensar, em função do que coloca problemas, pergunta, dialoga, ouve os alunos, ensina-os a argumentar, abre espaço para expressarem seus pensamentos, sentimentos, desejos, de modo que tragam para a aula sua realidade vivida. É nisso que consiste a ajuda pedagógica ou mediação (LIBÂNEO, 2002, p.29).

Além disso, entende-se que essa proposta didática de ensino perpassa pelos conteúdos abordados nos livros de forma superficial. Como os professores colaboram para o ensino da história a fim de concretizar a práxis pedagógica? Há de se pensar, também, como estes materiais veem sendo elaborados e sua finalidade diante da realidade cultural em um país tão permeado por diferentes culturas, sobretudo, o cuidado que se deve tomar para que não haja discriminação, já que estes grupos étnicos forjaram o molde da cultura que temos hoje.

Para Pereira (2002, p. 110), discriminação significa literalmente tratar alguém de uma forma diferente. Entende-se que pode ser definido como um comportamento manifesto, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos. Assim, toma-se como ponto de reflexão a percepção da historiografia apresentada por esta fala:

Os índios teriam sido sempre grandes colaboradores de seus conquistadores e exploradores portugueses, como frequentemente afirmam os textos. Depreende-se que eles seriam desprovidos de todo e qualquer discernimento crítico sobre a própria situação de dominados pelos brancos. A importância do índio na História do Brasil só é salientada quando este se coloca a serviço do branco (DEIRÓ, 1994, p. 156).

Há de se pensar por esta premissa e através da análise feita nos livros didáticos, que prevalece nos livros e falas docentes, a visão de índios no início da colonização, - como se estivessem presos a um tempo histórico, submisso à sociedade europeia que é apresentada como sendo o ápice do desenvolvimento humano enquanto que índios e africanos são vistos como submissos grupos sem organização social. O mesmo acontece em relação aos negros. Tem-se a compreensão de que a história construída e narrada nos livros didáticos, segundo Schimidt e Cainelli, (2004, p. 139) reflete uma construção feita através do nominalismo, quando a análise proposta abstrai-se de realidades vividas pelos sujeitos históricos sociais, em proveito da mera descrição de quadro jurídico, regulamentar ou institucional, em vez de dar priori-

dade às relações sociais/culturais dos agentes históricos, que efetivamente são os autores da história, atribuindo vida e vontade às instituições ou categorias de análise.

No entanto, sabe-se que uma sociedade tem funções organizacionais e sociais, seguindo princípios e orientações cosmológicas e ancestrais fortemente marcadas por funções de subgrupos sociais (clãs, grupos etários, especialistas como pajés, profetas etc.), que articulados entre si conformam a possibilidade de existência do grupo étnico. Cada subgrupo exerce funções primordiais para a existência do grupo como tal, ou seja, cultural e etnicamente distinto de outros, especificamente as mulheres que assumem funções socioeducativas fundamentais para a continuidade do grupo. Neste estudo, Deiró (1994, p. 155), observa que as mesmas são apresentadas nos livros didáticos em mitos e lendas do Folclore brasileiro, apresentando um caráter impessoal, submissas aos caprichos dos grandes fazendeiros do início da colonização do Brasil, aparentemente sem julgamento de valor, seriam apenas descrições de uma cultura diferente.

Ribeiro (1987) ressalta que na história da colonização do Brasil, "ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia. Esse direito ocorria devido à sua condição de "senhor" da família patriarcal. Aliás, é oportuno explicitar aqui que família vem da palavra latina "famulus" que significa escravos domésticos de um mesmo senhor: mulheres, filhos, crianças, escravos, terras, etc. Eram "bens" pertencentes ao poder dito na época "naturalmente" construído ao deleite do gênero masculino". Mas, compreende-se que isso não significa que as mulheres indígenas eram passivas diante dos abusos e do sofrimento cometidos por estes senhores.

Notou-se que as mulheres indígenas e negras são apresentadas nos livros como submissas aos homens da tribo, sem nenhum empoderamento de direitos, apenas de deveres, ou supersticiosas, como pessoas de cultura mítica e inferior. Quanto a esses fatos, é visto um caráter impessoal dado à cultura indígena e afro brasileira nos livros didáticos, referindo à construção social que esta sociedade delimita, não reconhecendo a sociedade e padrões culturais.

Em uma sociedade extremamente homogeneizadora como a nossa, percebe-se que esses fragmentos da história e de discursos prevalecem, e são inculcados desde a primeira etapa educacional escolar, onde as crianças começam a ter contato com as diferenças raciais e sociais, e a definir como se posicionam diante das pessoas.

Trabalhar em sala de aula dialogando com o que os livros didáticos apresentam e com outros materiais didáticos sobre a Cultura Brasileira, buscando afirmar o lugar de sujeitos históricos dos povos indígenas é uma excelente oportunidade para romper o etnocentrismo, o qual sabe-se que é uma visão do mundo fundamentada rigidamente nos valores e modelos de uma dada cultura; por ele, o indivíduo julga e atribui valor à cultura do outro a partir de sua própria cultura. Tal situação dá margem a vários equívocos e ao preconceito que leva o indivíduo a considerar sua cultura a melhor ou superior (SILVA & SILVA, 2010, p.127).

Observa-se um fragmento do livro de História do 2º Ano do Ensino Fundamental, onde no 1º Capítulo demonstra uma representação da vida das crianças indígenas que vivem nas aldeias Kariri presentes nos Estados do Ceará e Pernambuco:

O menino Barasana tem 7 anos. Sua pele tem coloração marrom-avermelhada. O cabelo é liso, preto e curto. Esse menino gosta muito de brincar na mata. Ele se diverte ao subir em árvores, nadar no rio e brincar com outras crianças. Ele está sempre alegre e, logo que acorda, o seu rosto já mostra um sorriso. (R. C. T. 2013, p.18).

Pode-se pensar que a imagem representada a partir desse fragmento de texto demonstra ao leitor que a vida da família indígena é sempre harmoniosa, sem conflitos entre si e imunes a qualquer ameaça presente na floresta e além dela. No entanto, sabe-se que atualmente, os índios sofrem com as desigualdades em distribuições de terras, havendo conflitos com os grandes latifundiários, seja por terra para a criação de gado, pela derrubada da mata por madeireiros ou por vários outros problemas.

Assim, entende-se que falta o diálogo da real situação das famílias indígenas dentro da sala de aula. Outro

problema eminente o qual o livro não menciona é o enfrentamento das mulheres contra os grupos armados que desapropriam as suas famílias de suas terras. Nestas terras, estão enterrados seus pais, filhos e maridos mortos nestes conflitos, onde é tirada a sua sobrevivência e extinta a sua cultura.

Quando as crianças não têm contato com essa realidade, ou com textos que abordem essas questões, compreende-se que não se constrói um pensamento crítico da sociedade em que vive. Torna-se natural uma consciência onde se pensa que os índios e negros já possuem direitos, por tanto, não precisam de mais de algum olhar, uma visão desinformada e passiva da sociedade diante das questões do país.

Pensar as Famílias Indígenas do Nordeste Brasileiro

Percebe-se que as mulheres indígenas acabam sendo um grupo que pouco se ouve falar, até mesmo pouco pensamos, quando falamos de história das mulheres. Entende-se que além de o cotidiano indígena estar muito longe da maioria das pessoas, tem-se o problema do desrespeito a essa civilização. Os povos indígenas brasileiros são tratados como cidadãos de segunda classe, tendo suas vidas decididas por medidas governamentais arbitrárias e vivendo em constante conflito por disputas de terras. As mulheres indígenas acabam sendo alvos de violência sexual, ameaças e assassinatos. Fora as dificuldades em relação à saúde e a educação.

Compreende-se que as construções ideológicas subjacentes nos livros didáticos, algumas vezes, apresentam descrições de “selvagens”, capazes de guerras, bárbaros e terríveis. Sob a ótica da cultura branca, tais conflitos obviamente, eram absurdos, pois não são para conseguir a posse de uma terra, mas para vingar amigos e parentes. [...] No entanto, não cita, nem analisa o fato de que atualmente os índios estão confinados em reservas cujos limites territoriais foram delimitados pelos brancos (DEIRÓ, 1994, p. 157).

Revelou-se que os livros didáticos apresentam a família indígena como uma família patriarcal, onde em sua to-

talidade é regida pelos ensinamentos dos pajés ou outro membro da tribo com idade avançada distanciando-se cada vez mais da realidade em que se vive hoje. Outra questão, foco desta pesquisa, restringe-se ao papel da mulher indígena. Esta fica restrita apenas aos afazeres domésticos, como cozinhar, preparar a caça e tendo unicamente o papel maior de casar e ter filhos para perpetuar a descendência da tribo.

Entende-se que tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, as mulheres indígenas desempenham historicamente um papel fundamental como agentes de mudanças nas famílias, comunidades e na vida de seus povos. Porém, a cultura indígena sempre tem sido tratada com muito desprezo no Brasil, fora a imagem caricata com que os indígenas são representados e a apropriação, às vezes errônea, que se faz da sua cultura. A ONU Mulheres (2013) destaca também que as indígenas são essenciais em diversas economias, trabalhando por segurança e soberania alimentar, além do bem-estar das famílias e comunidades.

Sabe-se que as mulheres indígenas são tem sido afetadas pelo modelo de desenvolvimento econômico presente no país. São elas que sofrem de forma mais contundente os impactos provocados sobre a sociedade quando a violência. A falta de recursos afetam seus cotidianos e se os indígenas perdem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança e soberania alimentar na aldeia. Em alguns casos, aparecem nos livros didáticos relações entre brancos e índios de maneira estereotipada e fora dessa realidade. Luciano diz que:

Os conceitos de direitos e deveres, do que é certo e errado, do que é moral e imoral são absolutamente relativos, na medida em que variam de sociedade para sociedade e dependem dos elementos culturais e religiosos que os sustentam. Cito como exemplo o caso dos asilos para os idosos que são politicamente corretos para a sociedade moderna ocidental, mas são para muitos povos indígenas uma aberração moral, uma forma de os filhos ficarem livres dos pais, uma vez que entre os povos indígenas os seus sábios velhinhos têm um papel de destaque e ocupam um espaço privilegiado na comunidade e na família. (LUCIANO, 2006, p. 209 - 210)

Exemplificando, torna-se comum, entre os povos indígenas, uma divisão das tarefas entre homem e mulher e isto significa que existem atividades que são feitas somente pelas mulheres e outras, somente pelos homens. Numa visão acrítica da realidade desses povos, as tarefas relacionadas ao preparo dos alimentos, ao cuidado com as crianças e algumas atividades na roça são, geralmente, de responsabilidade das mulheres, sem discutir o contexto desse índio no país. Já os homens são responsáveis pela derrubada do mato para a criação da roça, pelas atividades de caça, de guerra, entre outras.

É importante dizer que as atividades feitas por cada um dos gêneros (feminino ou masculino) se complementam, pois juntas garantem a qualidade de vida de toda a comunidade. O que seria da refeição de uma família sem o trabalho realizado pelos homens que saíram para caçar ou pescar? E como esta seria sem o trabalho das mulheres que prepararam toda comida?

Juntos, homens e mulheres são responsáveis pela produção dos alimentos, das redes, dos bancos, das casas, das canoas, das ferramentas utilizadas no dia a dia, como vasos de cerâmica, cestos, flechas, arcos etc. Vemos assim que o trabalho de cada membro do grupo é fundamental para toda comunidade.

Algumas Considerações

O livro didático de história como instrumento de apoio no processo de desenvolvimento do ensino/aprendizagem tem sido alvo de inúmeras discussões sobre a forma como a história dos índios e negros são abordadas. Nesse estudo analisaram-se cinco livros didáticos de história aprovado pela Secretaria Municipal de Educação de muitos estados nordestinos, especialmente o da Bahia, - buscando compreender como são retratadas as populações indígenas e afros brasileiras nos livros de história. Na análise feita, observou-se que a expansão marítima europeia e a chegada do colonizador ainda é o marco utilizado para trabalhar com a “ocupação” da América pelos europeus. A população indígena não é retratada antes da chegada do colonizador, sendo evidenciada sua presença a partir do contato e com o conseqüente “choque cultural”.

Nesse sentido, percebe-se a evidência e a invisibilidade indígena e do negro nos livros didáticos de história, que ainda traz os protagonistas na história do passado, sem historicizar como estes grupos étnicos viviam e sem fazer relações com a atual situação desses grupos com variadas culturas e formas de vida diferenciadas. Assim, entende-se que essa ausência da discussão com olhos na atualidade, contribui para a criação de estereótipos e preconceitos em torno das comunidades.

Compreende-se ainda que o livro didático é um produto de construção social e ideológica. E como tal reflete uma visão de um grupo e serve para atender determinados interesses. Assim, é essencial ao professor, enquanto mediador do conhecimento histórico, esclarecer aos alunos que aquelas ideias representam uma visão particular de determinado fato, além de fomentar que os pontos ocultos da história do Brasil que narram à realidade destes povos e que há outras possibilidades de interpretação e leituras diversas.

Como se deu o processo de constituição familiar e educacional que temos hoje? Que influência tem estes povos na nossa cultura? Estas são questões pertinentes e que não cabe somente nesta pesquisa responder. Pelo contrário. Pelo livro didático, temos uma porta aberta para analisar e pensar as relações sociais que temos hoje além de refletir sobre os resquícios dos possíveis processos de discriminação que se deu durante séculos através de manuais incompletos ou pouco trabalhados.

Compreende-se que a ação educativa acontece quando se tem compreensão da realidade social em que se está presente. Através de novas leituras que poderão ajudar a outros homens a refletir sobre a importância desses povos na construção da identidade do nosso país.

E esse é o objetivo do ensino da história e da cultura indígenas, onde o que deve ser ensinado deve ser relacionado ao passado vivido, mas também seu atual papel social, cultivando e construindo a identidade cultural nacional, que pode e deve manifestar-se de forma intensa em uma sociedade que prega a diversidade cultural, como a do Brasil. Para que todo o processo educacional seja a herança cultural deve-se cultivar e refletir sobre a

identidade cultural desses grupos, buscando conscientizar alunos e professores sobre a diversidade cultural existente no Brasil e principalmente possibilitando mudanças em práticas a partir da práxis.

Notas

1 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserindo nesta o Artigo 26-A da LDB, (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008), promovendo a igualdade etnicorracial na Educação básica, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Referências

- ALMEIDA, S. G. E. L. P. D. **Mulheres Indígenas: Guardiãs da Tradição**, p. 1 - 7, 2001.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 20 Dezembro 1996. 1 - 31.
- _____. Lei Federal nº 11.645/08 in Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.
- CAINELLI, M. A. S. E. M. **O Livro Didático e o Ensino de História**. In: CAINELLI, M. A. S. E. M. *Ensinar História*. 1ª. ed. São Paulo: Scipione, 2004. Cap. 9, p. 134 - 146.
- COSTA, R. M. C. E. F. L. D. **A Temática Indígena no Livro Didático**, Curitiba, 2012. 1 - 14.
- COUTINHO, N. A. T. M. D. S. E. D. P. R. O Discurso Histórico Presente no Livro Didático: Uma abordagem ideológica e historiográfica. **Antíteses**, Campo Grande, Julho 2010. 837 - 856.
- FONTANA, L. L. F. E. M. Z. Discurso sobre Temáticas Indígenas em Livros Didáticos de História. **Revista Recorte**, Campinas, 2010. 1 - 13.
- FREIRE, J. R. B. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. **Educação escolar indígena em Terra Brasilis, Tempo de novo descobrimento**, Rio de Janeiro, Julho 2004. 11 - 33.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Quem são**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao?limitstart=0#> Acesso em 01 de Novembro de 2015.

GRUBITS, S. *Mulheres Indígenas Brasileiras: Educação e Políticas Públicas. Psicologia e Sociedade*, Campo Grande, 2014. 116 - 125.

LEMAD - Laboratório de Ensino e Material Didático, **História Indígena**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2008. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/node/287>. Acesso em 26 de Setembro de 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educativas e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCIANO, G. D. S. Gênero. In: LUCIANO, G. D. S. **O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Cap. 7, p. 208 - 216.

MANIA DE HISTÓRIA - Blog multidisciplinar e de apoio didático para estudantes e curiosos em geral. **Mulheres e Educação no Brasil-Colônia: HISTÓRIAS ENTRECRUZADAS**. 2009. Disponível em: <http://maniadehistoria.wordpress.com/mulheres-e-educacao-no-brasil-colonia/> Acesso em 15 de Outubro de 2015

MEKSENAS, P. **Contextos do Livro Didático e Educação**. Perspectiva, Florianópolis, 2010. 129 - 143.

MIRANDA, J. S. **Mulheres indígenas, Igreja e escravidão na América Portuguesa**. Em Tempo de Histórias, 2003. 1 - 16.

NOSELLA, M. D. L. C. D. **As Belas Mentiras: A Ideologia Subjacente aos Textos Didáticos**. 2ª. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Marcos E. **Psicologia Social dos Estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

RIBEIRO, Vanise e ANASTASIA Carla. **Encontros com a História**. Vol.1. São Paulo: Editora do Brasil. São Paulo, 1996.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. 6ª série. São Paulo: Nova geração, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TV Humana, **Vida Indígena**. Disponível em: <http://www.tvhumana.com/2014/06/11/vida-indigena-selecao-humana-379-videos/> Acesso em 26 de Setembro de 2015.

VERDUM, R. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

Recebido em 10 de fevereiro de 2016.

Aceito em 23 de maio de 2016.

